

Escrevivência Audiovisual: uma experiência em Arte-Educação Popular

Aline Fátima da Silva Costa Magno¹⁵

Resumo

Este artigo é o relato de uma experiência em arte-educação popular com audiovisual elaborada a partir do conceito de escrevivência, da escritora mineira Conceição Evaristo, e realizada com adultos em um contexto de educação não-formal. Motivada pelo chamado de Gloria Anzaldúa, em seu histórico texto *Falando em línguas: cartas para mulheres escritoras do terceiro mundo*, de 1984, e enfatizando a emergente potencialidade das autorrepresentações na contemporaneidade, a experiência relatada neste artigo propõe às pessoas participantes um exercício de apropriação da escrita para produção de narrativas que surgem de suas próprias vivências. Em paralelo à escrita verbal, essa experiência propõe também um letramento digital por meio da apresentação de possibilidades técnicas e poéticas de escrita audiovisual, ou seja, com o uso de imagens, sons e aplicativos gratuitos. O objetivo geral deste artigo é, por meio dessa experiência relatada e das teorias evocadas, contribuir na produção de conhecimento em torno de uma arte-educação popular. Para isso, será mobilizado um arcabouço teórico-pedagógico em que dialogam bell hooks, Luiz Rufino, Paulo Freire e Ana Mae Barbosa, na construção de uma reflexão em torno do que seria uma “arte-educação popular”. A localização das subalternidades sociais contemporâneas pela identificação do contexto socioeconômico e cultural em que vivemos, cujo ponto de partida são as teorizações de Gayatri Spivak, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, tem papel fundamental neste esboço do potencial contra-hegemônico dessa experiência e de sua consequente produção.

Palavras-chave: Escrevivência. Audiovisual. Subalternidade. Arte-Educação Popular. Contra-Hegemonia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um relato de experiência em arte-educação popular com audiovisual, realizada com adultos em um contexto de educação não-formal. Trata-se de uma oficina intitulada “Prática Autobiográfica de Escrita Audiovisual”, que vem sendo desenvolvida no âmbito da minha pesquisa mestrado na linha de “Estudos literários, historiográficos, linguísticos, de narrativas, cultura e educação”, do Programa de Pós

¹⁵ Mestranda do PPGHDL (FFLCH-USP); Especialista em Arte-Educação (ECA_USP); Especialista em Educação em Direitos Humanos (UFABC), Bhacharel e Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Linguística (USP).

Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da FFLCH - USP. Na citada pesquisa, investigo a produção audiovisual autobiográfica, especialmente o gênero ensaístico, a partir das minhas próprias produções e de outras realizadoras (auto)identificadas como “periféricas”. Trata-se de uma análise sociológica, especialmente voltada à compreensão das subalternidades contemporâneas, com foco na interseccionalidade das desigualdades de raça, gênero e classe, tomando como recorte sócio-espácio-temporal o contexto da produção audiovisual em territórios periféricos da cidade de São Paulo, entre os anos 2000 e 2023.

Assente na hipótese de que a escrevivência, que é um conceito oriundo do campo literário, pode ser experienciado em outros contextos criativos, como a dança, a música e o teatro, por exemplo, a oficina aqui apresentada propõe uma prática de produção audiovisual que parte de materiais autobiográficos de quem participa, e que leva em consideração os marcadores sociais da diferença (ou da desigualdade?). Por meio de uma apresentação inicial e panorâmica dos conceitos de escrevivência e subalternidade, juntamente com a contextualização da realidade cultural que vivemos, desde a perspectiva da teoria da sociedade do espetáculo, de Guy Debord, é preparado o terreno para o compartilhamento de ferramentas de autorrepresentação e para a compreensão do potencial contra-hegemônico dessas produções.

A oficina “Prática Autobiográfica de Escrita Audiovisual”, cujo título considero ainda como provisório, foi realizada algumas vezes, de forma experimental, em diferentes contextos, entretanto, neste artigo será apresentada sua realização durante a edição de 2023 do Programa Vocacional¹⁶, no CEU Jambeiro, em Guaianazes, extremo Leste da cidade.

Esta oficina surge na pesquisa como consequência orgânica da abordagem autobiográfica da qual lanço mão: tanto minhas práticas artísticas com o audiovisual como as práticas pedagógicas com essa linguagem servem de material de análise para o

¹⁶ Política pública da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. “O Programa Vocacional, existente na cidade de São Paulo desde 2001, tem como objetivo a instauração de processos criativos emancipatórios por meio de práticas artístico-pedagógicas. Nesse contexto, abrem possibilidades de o indivíduo se tornar sujeito de seus próprios atos e seus próprios percursos. Para tanto, essas práticas artístico-pedagógicas buscam a apropriação dos meios e dos modos de produção ao instaurar novas formas de convivência, territórios de aprendizado e de transformação mútua. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/dec/formacao/vocacional/index.php?p=7548>. Acesso em 08/11/2023

trabalho. Além da produção de um produto filmico, como prática artística, proponho também a elaboração e realização desta oficina como prática pedagógica consequente da reflexão produzida durante a pesquisa, na qual os estudos sobre cinema autobiográfico, subalternidades sociais contemporâneas, escrevivência, contra-hegemonia e educação popular, foram então mobilizados para a elaboração da oficina, numa dinâmica entre teoria e prática.

A seguir, apresentarei, inicialmente, o percurso teórico construído na elaboração da oficina e, na sequência, o relato propriamente dito da realização da mesma, os resultados produzidos e as conclusões alcançadas.

A ESCREVIVÊNCIA

Creio que conceber escrita e vivência, escrita e existência, é amalgamar vida e arte, Escrevivência. (Conceição Evaristo, 2020)

O conceito de escrevivência foi criado pela escritora brasileira Conceição Evaristo para descrever a experiência da escrita como uma forma de resistência e lugar de enunciação para as pessoas negras. A palavra é uma fusão de "escrever" e "vivência", enfatizando a conexão entre a escrita e a vivência das pessoas negras.

Para Evaristo, a escrevivência é uma prática literária que se baseia nas experiências e memórias dos afrodescendentes, abrangendo suas histórias individuais e coletivas. Através da escrevivência, as vozes silenciadas e marginalizadas são trazidas à tona, desafiando as estruturas de poder e questionando as narrativas hegemônicas.

Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade. (EVARISTO, 2020, p. 38)

Ao introduzir o conceito de escrevivência, Evaristo busca não apenas contar histórias, mas também promover a reflexão, despertar a consciência e estimular a transformação social. Ela entende a escrita como um ato político e reivindicatório, capaz de dar voz às pessoas marginalizadas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Relatando as origens do conceito, Conceição Evaristo reflete:

Hoje, relendo o texto, vejo que “Samba Favela” foi a semente de Becos da Memória. Foi a experimentação de uma escrita, marcada por uma escrevivência. Criei aquele texto, o primeiro, a partir de um lugar específico, particular, a minha vivência de jovem moradora em uma favela. Talvez naquele momento, eu confirmava para mim mesma, sem saber ainda, que a escrita me seria possível. Escrevivência vem daí, daquele texto. (2020, p. 33).

Desse modo, a partir de sua vivência pessoal, a escritora constrói narrativas que, por relatarem sua experiência subjetiva, relatam também a realidade mais ampla de outras pessoas que pertencem ao mesmo grupo social, nesse caso as pessoas afro-diaspóricas brasileiras.

Neste trabalho, proponho aproximar o conceito de escrevivência do conceito de subalternidade, de Spivak (2010). Embora Conceição Evaristo tenha se referido inicialmente a pessoas negras brasileiras, este como seu lugar de enunciação¹⁷, parece coerente a possibilidade de movimentar o conceito de escrevivência para outras existências subalternizadas. Tal operação agregaria potência ao conceito sem invisibilizar seu grupo social de origem.

Dentro dos estudos da subalternidade, este conceito diz respeito ao “lugar” a partir do qual cada indivíduo fala, esse lugar é intrinsecamente conectado às suas vivências, privilégios ou falta deles. Os grupos subalternizados são aqueles marginalizados, oprimidos ou subordinados em uma sociedade em função de sua posição em relação a diversas estruturas de poder. Eles enfrentam discriminação e desvantagens sistêmicas que limitam suas oportunidades e acesso a recursos. Esses grupos podem ser subalternizados em termos de gênero, raça, etnia, classe social, orientação sexual, religião, deficiência, entre outros aspectos. A crítica e teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak (1988) define a subalternidade como as “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p.12).

Quando Conceição Evaristo diz que a “Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre”, nos dá uma pista do potencial de alcance

¹⁷ Dentro dos estudos da subalternidade, este conceito diz respeito ao “lugar” a partir do qual cada indivíduo fala, esse lugar é intrinsecamente conectado às suas vivências, privilégios ou falta deles.

do conceito por sua latente interseccionalidade¹⁸. Em comunhão com essa abordagem, Spivak afirma que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (1988, p.15). Por isso, chamo atenção para a possível plasticidade da escrevivência no sentido de poder se adaptar a outras subalternidades. E para alimentar esse debate evoco algumas reflexões de Gloria Anzaldúa, intelectual norte-americana de origem mexicana, especialmente aquelas presentes em seu icônico texto *Falando em línguas: carta para mulheres escritoras do terceiro mundo*, de 1981, como a que segue:

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (p. 230).

A escritora estadunidense constrói durante todo o texto, argumentos críticos a fim de mostrar para mulheres do terceiro mundo, mensagem esta que se estende à mulheres negras, latinas, imigrantes, asiáticas, ciganas e tantas outras dissidências, que a escrita é uma possibilidade de voz.

O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Tanto Conceição Evaristo, com a escrevivência, Spivak, com a noção de subalternidades, quanto Gloria Anzaldúa, com a defesa da escrita da “mulher de cor”, apontam para um campo de disputa que diz respeito à visibilidade e ao direito de voz. O artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Desse modo, parece aceitável metodologicamente ampliar o alcance do conceito de escrevivência para a escrita de pessoas atravessadas pela subalternidade.

¹⁸ A interseccionalidade é um conceito sociológico que reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de discriminação simultaneamente, resultando em experiências únicas e complexas. Este termo será melhor desdobrado em seu significado mais à frente do texto.

DA LITERATURA PARA O AUDIOVISUAL

Mas como se dá o caminho desse conceito originado na Literatura até o Audiovisual? A resposta tem relação direta com a contemporaneidade. Em relação à prevalência do espetáculo na modernidade como mediador das relações sociais, na medida que nos comunicamos, aprendemos, ensinamos, nos relacionamos por meio de imagens, é possível afirmar que, mais do que nunca, os meios audiovisuais funcionam na contemporaneidade como escrita, como elaboração de pensamento e afetos. Em concordância a isso, podemos citar diversos teóricos e cineastas que consideraram o cinema enquanto escrita, elaboração crítico-reflexiva sobre o mundo, a vida e a realidade, como por exemplo, Andrei Tarkovsky, Louis D. Giannetti, Ralph Stephenson, Christian Metz, Gilles Deleuze, dentre outros. Henri Angel, em seu texto “A Câmera Caneta”, cita uma frase de Robert Bresson que diz: “O cinema não é um espetáculo, é uma escritura” (ANGEL, apud BRESSON, 1957, p. 79)

Assim, considerando o audiovisual como possibilidade de escrita, no sentido de elaboração e expressão de pensamento e de enunciação, no qual ao invés de palavras são utilizadas imagens, sons (e outros elementos característicos dessa linguagem), a escrevivência audiovisual pode ser aqui descrita, mesmo que de forma não totalmente definida, como narrativas produzidas por pessoas das classes subalternas e que lançam mão de elementos autobiográficos, ou, como diria Conceição Evaristo, de “vivências” próprias, e de ferramentas audiovisuais para se autorrepresentarem.

APROFUNDAMENTO DE CONCEITOS: SUBALTERNIDADE E HEGEMONIA

A subalternidade é um conceito teórico que se refere às vozes e experiências daqueles que estão marginalizados e subordinados nas estruturas de poder sociais, políticas e culturais. Gayatri Spivak, teórica pós-colonial e feminista indiana, desenvolveu o conceito de subalternidade em seu texto intitulado *Pode o subalterno falar?* (1988). A subalternidade, na perspectiva de Spivak, está relacionada às pessoas que estão sujeitas a formas extremas de opressão e que são excluídas dos discursos dominantes. Ela se concentra particularmente nas experiências das mulheres colonizadas e das classes trabalhadoras colonizadas, examinando as formas como suas vozes e histórias são silenciadas ou ignoradas.

Spivak argumenta que o discurso dominante, ou hegemônico, oculta as experiências das pessoas subalternas e reforça as estruturas de poder existentes. Ela questiona se é possível para os subalternos falar, ou seja, expressar-se, dentro do sistema opressivo e se sua fala pode ser verdadeiramente ouvida e compreendida. Spivak também critica a noção de representação, argumentando que a representação dos subalternos muitas vezes é distorcida e reafirma a hegemonia das estruturas de poder existentes. Refere-se à sua posição de marginalização e subordinação nas estruturas sociais, políticas e culturais. Na maioria das sociedades, as mulheres enfrentam desigualdades de gênero, discriminação e violência, limitando seu acesso a oportunidades educacionais, econômicas e políticas. Grupos étnicos e raciais minoritários podem ser subalternizados e enfrentar discriminação com base em suas origens étnicas e raciais e enfrentar marginalização e violência devido à sua orientação sexual e identidade de gênero, por exemplo.

A hegemonia é um conceito fundamental na teoria política e social de Antonio Gramsci, pioneiro no uso do termo “classes subalternas”. Segundo este filósofo marxista italiano, a classe dominante mantém sua hegemonia não apenas através do controle dos meios de produção e das instituições estatais, mas também através do controle e influência sobre a cultura, a educação, os meios de comunicação e outras esferas da sociedade:

As classes sociais, dominadas ou subalternas - como diz Gramsci -, participam de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica - ainda inconsciente - das classes subalternas. (GRUPPI, 1978, p. 67-68).

Isso implica que as ideias e valores das classes dominantes se tornam senso comum, moldando a percepção do mundo e as práticas sociais das classes subalternas:

Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. (GRUPPI, 1978, p. 68).

Para Gramsci, a luta pela transformação social envolve não apenas a luta econômica e política, mas também a batalha pela hegemonia cultural. Ele acreditava que as classes subalternas precisavam criar uma *contra-hegemonia*, uma visão de mundo

alternativa que contestasse a ideologia dominante e oferecesse uma perspectiva emancipatória. Assim, a hegemonia segundo Gramsci representa um equilíbrio complexo entre coerção e consenso, e é central para entender como as estruturas de poder e dominação operam em uma sociedade.

VERSÃO BRASILEIRA

Lélia Gonzalez, importante pensadora e ativista, é conhecida por seu trabalho pioneiro no campo da interseccionalidade de desigualdades sociais, especialmente no contexto do Brasil. Ela desenvolveu uma análise crítica que explorou como diferentes sistemas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, se entrelaçam e se intersectam, criando experiências complexas e únicas de desigualdade. Sobre a sociedade brasileira, afirma:

Caracterizando sumariamente a formação social brasileira, diríamos que ela se estrutura em termos de acumulação capitalista dependente ou periférica, com conflito de interesses de classes antagônicas e onde o sistema político de dominação da classe dominante é rigoroso. (GONZALEZ, 2020, p. 84).

Uma sociedade exemplar do funcionamento da hegemonia, conceito apresentado anteriormente pela perspectiva de Gramsci. Segundo Lélia Gonzalez, a história brasileira é fundamentada em racismo, sexismo e elitismo. Tal realidade se faz menos surpreendente na medida em que observamos as origens da sociedade nacional, constituída com base na escravização de povos africanos, no período da colonização.

Junto ao racismo, o sexismo compõe uma conduta cultural brasileira que aprisiona a mulher nas mais baixas categorias da organização social. Se na contemporaneidade nos estarcemos com os altos índices de estupros, feminicídios e outras violências contra a mulher, podemos inferir que, quanto mais longe voltamos na história do Brasil, pior será a situação da mulher em nossa sociedade. Segundo González, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular, fazendo com que esta ainda se encontre na base da pirâmide social (1984).

A mulher negra, conforme essa análise da filósofa brasileira, reúne em si a interseccionalidade de desigualdades sociais. Isso significa que várias formas de opressão se cruzam e se combinam, de modo que as experiências de indivíduos ou grupos não

podem ser explicadas ou entendidas apenas através de uma única dimensão de identidade ou opressão. Ela argumentava que a opressão racial, de gênero e de classe, por exemplo, não podem ser vistas como questões separadas, mas sim como interligadas e interdependentes.

Outra leitura de grande importância da sociedade brasileira é construída pela filósofa Sueli Carneiro, que, assim como González, compreendeu a necessidade de reconhecer essas interseccionalidades e trabalhar para combater as desigualdades sociais no Brasil, promovendo políticas públicas e ações afirmativas que abordam o racismo, o machismo e a desigualdade econômica de maneira integrada.

Sueli Carneiro se dedicou a estudar as desigualdades sociais no Brasil, especialmente aquelas relacionadas à raça e gênero. Suas análises destacam como essas desigualdades são complexas e interseccionais, ou seja, estão entrelaçadas de várias maneiras. Para a filósofa, a conjugação do racismo ao sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social, que ela vai chamar de “matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2011). Essa análise sociológica corresponde à tentativa de compreensão, dentro da pesquisa de mestrado em que a oficina está inserida, dos fatores que fazem com que um número baixíssimo de mulheres negras e periféricas sejam realizadoras audiovisuais. Realidade esta que pode ser facilmente transposta para outras áreas do conhecimento, como a academia as artes, a tecnologia etc.

MONTAGEM E EDIÇÃO

O processo de montagem e edição de um filme, se dá a partir da organização das partes e da dinâmica de conectá-las de acordo com algum sentido/significado que se pretenda expressar. A partir de toda a teorização construída até aqui, é possível elaborar o seguinte cenário: existem grupos subalternizados em praticamente todas as sociedades contemporâneas, entretanto, nas sociedades capitalistas pós-coloniais, existe um acirramento das desigualdades sociais, especialmente as de raça, gênero e classe. No Brasil, tal situação se intensifica, gerando interseccionalidades de desigualdades, que afetam sobretudo a mulher negra.

A linguagem audiovisual ainda é pouco democrática, pois o acesso a equipamentos e outras tecnologias afins é restrito a determinados grupos sociais, digamos, mais privilegiados. Por isso, se tornou, na sociedade do espetáculo, ferramenta e possibilidade de enunciação. Afinal, os campos simbólico e imagético são alvos

constantes de disputas. Guy Debord, filósofo francês, argumenta que a sociedade moderna é caracterizada pela produção massiva de imagens, representações e espetáculos que são constantemente transmitidos pelos meios de comunicação e pela cultura de massa. Essa espetacularização tem como objetivo sustentar e reforçar a lógica do consumo, transformando tudo em mercadoria, inclusive as próprias pessoas, que passam a compor padrões pré-estabelecidos.

ARTE-EDUCAÇÃO POPULAR: UMA PROPOSTA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

Chegamos assim ao ponto crucial deste artigo que é conectar teoria e prática. Diante de um contexto de histórica invisibilização das narrativas - e dos corpos - das classes subalternizadas, sobrepostas pela hegemonia cultural das classes dominantes, a educação - não necessariamente a escola - pode ser ferramenta potente de transformação social. Nesse sentido, a educação popular é um tipo de abordagem pedagógica que carrega em si tal intencionalidade.

Desenvolvida inicialmente pelo intelectual Paulo Freire, a educação popular surge no Brasil em meio a dinâmicas políticas de esquerda, na segunda metade do século XX, como uma perspectiva de atuação junto às classes populares, tendo a transformação social, a superação da exploração e das desigualdades sociais como principais horizontes.

A educação popular se baseia na valorização da cultura, conhecimentos e experiências dos grupos sociais marginalizados, visando à conscientização e à transformação social. Busca promover a crítica das pessoas alcançadas sobre sua realidade social, política, econômica e cultural, visando à transformação das condições de vida e à superação das desigualdades. Leva em consideração o contexto e as vivências das pessoas, integrando os conteúdos curriculares com a realidade local e os desafios enfrentados pela comunidade. A educação popular oferece, enfim, a possibilidade de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para que as pessoas afetadas escolham agir de forma autônoma e transformadora.

Num contexto mais contemporâneo, o pesquisador brasileiro Luiz Rufino, em seu recente livro intitulado *Pedagogia das Encruzilhadas*, chama de “guerrilha epistêmica” (RUFINO, 2019, p.10) uma postura que vai enfrentar o epistemicídio que a colonialidade cometeu e continua cometendo cotidianamente contra grupos sociais que desumaniza em sua empreitada de manter a hegemonia epistêmica, cultural, racial, estética,

econômica etc. Essa dinâmica faz parte do que o autor chama de “descolonização”, ou seja:

[...] atacar a supremacia das razões brancas e denunciar seus privilégios, fragilidades e apresentar outros caminhos a partir de referenciais subalternos e do cruzo desses com os historicamente dominantes (2019, p. 10).

Uma “ação que encarna força utópica, política e pedagógica para a transgressão de heranças coloniais” (RUFINO, 2019, p.11). Para o pesquisador, a descolonização é uma prática permanente de transformação social na vida comum, “uma ação rebelde, inconformada” (idem). A educação, segundo Rufino, é a articulação entre vida, arte e conhecimento. Somos seres éticos, estéticos e políticos. A transgressão da marafunda colonial - que é a perspectiva única - , nos diz Rufino, é um ato de libertação. A luta por outras educações, experiências, narrativas, linguagens e gramáticas é uma luta pela vida.

Quando falamos em linguagens, ampliamos a noção de educação e alcançamos o terreno que interessa particularmente este trabalho: o da arte-educação. No Brasil, a grande referência teórica em arte-educação é Ana Mae Barbosa, pesquisadora e educadora que produziu um vasto material em torno do ensino das artes. Ela propõe uma abordagem interdisciplinar e integrada para a educação artística, que combina três elementos principais: o fazer artístico, a apreciação artística e a contextualização histórica e cultural. Ana Mae Barbosa desenvolve uma teoria crítica em torno da educação, afirmando que esta

[...] poderia ser o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo, começando pelo reconhecimento e apreciação da cultura local. Contudo, a educação formal no Terceiro Mundo ocidental foi completamente dominada pelos códigos culturais europeus e, mais recentemente, pelo código cultural norte-americano. (BARBOSA, 1998, p. 13).

Para a autora, a arte-educação tem sido ensinada de forma positivista e estaria dominada por uma “anemia teórica”. E destaca o papel da cultura: “As culturas de classes sociais baixas continuam a ser ignoradas pelas instituições educacionais, mesmo pelos que estão envolvidos na educação destas classes” (1998, p. 14-15). E complementa: “Nós aprendemos com Paulo Freire a rejeitar a segregação cultural na educação (p.15).

Apesar de não ter encontrado tal registro em seus textos, é possível afirmar que o

projeto de arte-educação de Ana Mae Barbosa para o Brasil, por ser fortemente inspirado nas ideias de Paulo Freire, tem forte ligação com a educação popular. Nesse sentido, o que tenho chamado de arte-educação popular diz respeito a um tipo de intencionalidade pedagógica, que é contra-hegemônica, e, nos termos de Luiz Rufino, “descolonizadora”, porque considera a diferença, ajuda a construir espaços de expressão para outras corporeidades, outras vozes, antes silenciadas, sedentas por falar, cantar, gritar.

A escritora estadunidense bell hooks, endossou a abordagem freireana em sua obra *Ensinando a Transgredir: Educação como Prática de Liberdade* (2017). Nela, chamou a atenção para a necessidade de conectar o ensino à vida real e às experiências das pessoas estudantes, e concluiu que a aprendizagem deve ser relevante e significativa. hooks destaca a importância de reconhecer e respeitar a diversidade de identidades, incluindo raça, gênero, classe social e sexualidade. Ela lança mão do multiculturalismo¹⁹ e argumenta que a educação deve ser inclusiva e atender às necessidades das pessoas envolvidas, levando em consideração suas experiências únicas: “A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo, obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê?” (hooks, 2017, p. 57).

PRÁTICA AUTOBIOGRÁFICA DE ESCRITA AUDIOVISUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

A sinopse desta oficina é a seguinte: oficina prática de escrita criativa a partir de elementos autobiográficos e recursos audiovisuais, com o uso do dispositivo telefone celular. Tendo como referência teórico-poética o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, são propostas nesta oficina práticas de autorrepresentação por meio da escrita de si e do uso de recursos audiovisuais disponíveis no dispositivo, o que inclui arquivos e aplicativos gratuitos.

Com o andamento da minha pesquisa de mestrado, no segundo semestre de 2023 comecei a realizar a oficina em diversos contextos e, como já informado anteriormente, apresentarei apenas a que realizei no âmbito do Vocacional. Foi realizada no CEU

¹⁹ O multiculturalismo, academicamente, é um campo de estudo dentro das Ciências Humanas, mas na vida cotidiana se refere à convivência e interação de diferentes culturas dentro de uma sociedade. Esse modelo reconhece e valoriza a diversidade cultural, promovendo a coexistência pacífica e o respeito mútuo entre grupos étnicos, religiosos, linguísticos e outros.

Jambeiro, localizado no centro de Guaianazes, Zona Leste de São Paulo, entre setembro e outubro de 2023. A turma participante flutuava entre quatro e cinco pessoas, todas adultas, acima de 30 anos. Desde o início das atividades de 2023 no Vocacional tenho trabalhado com práticas artísticas autobiográficas, em diálogo com a pedagogia freireana, ou seja, a partir das próprias vivências que as pessoas participantes trazem e são estimuladas a criar. E a oficina integrou um conjunto de atividades com audiovisual dentro do Programa Vocacional.

A oficina teve uma sequência de três encontros de duas horas cada. No primeiro encontro exibi o documentário *Babás* (2010), de Consuelo Lins, no qual a realizadora, de forma autobiográfica, aborda a questão do cuidado na sociedade brasileira, desde sua perspectiva de mulher branca que sempre usufruiu desse tipo de serviço, executado majoritariamente por mulheres negras.

Após alguns comentários das pessoas sobre o filme, exibi uma reportagem disponível no YouTube, feita pelo programa “Manos e Minas”, da TV Cultura, que traz a escritora Claudia Canto, relatando seu percurso de vida incontestavelmente transformado pela leitura, pelos livros, que fez com que ela saísse de Cidade Tiradentes, extremo Leste da cidade, e rumasse para a Europa, onde inicialmente trabalhou como empregada doméstica e mais tarde como escritora reconhecida.

No momento de comentários sugiro a observação dos diferentes pontos de vista sobre o trabalho doméstico: o da patroa e o da própria pessoa empregada. Chamo a atenção para as diferenças de construção de imaginário em torno do tema; enquanto em *Babás* a mulher subalternizada é um objeto de análise da mulher branca da classe economicamente privilegiada, na reportagem do programa “Manos e Minas”, Claudia Canto é dona da própria narrativa, quebra estigmas e desestabiliza um imaginário hegemônico acerca da mulher negra das classes populares ou, da perspectiva de Spivak (2010), subalternizadas. Nesse sentido, além de identificar elementos da linguagem audiovisual, como o ponto de vista narrativo, por exemplo, são suscitadas reflexões em torno da sociedade brasileira de forma crítica.

Na etapa seguinte apresento o conceito de sociedade do espetáculo a fim de contextualizar também a noção de hegemonia cultural, como ela cria padrões consequentes do mercado e do consumo e como as classes subalternas são encurraladas na marginalidade, na periferia, ou seja, tendo acesso a menos recursos que se concentram

no “centro” (elite) da sociedade. A última etapa teórica é o encontro com o chamado de Gloria Anzaldúa (2000) presente em seu texto, já citado algumas vezes neste relato. A escritora convida as mulheres de cor do terceiro mundo a se apropriarem da escrita como construção de espaços de enunciação de, nos termos de Spivak (2010), “vozes historicamente silenciadas”.

Para entrar na etapa prática, apresento para as pessoas a noção de escrita audiovisual, qual seja aquela que é produzida a partir do uso de imagens e de sons, no lugar de palavras, frases etc. Um dos elementos que dão um estatuto popular para esta oficina é o uso de dispositivos acessíveis de produção de imagem e som: os próprios celulares das pessoas participantes. Em conjunto com o uso de aplicativos gratuitos de edição, nesse caso utilizamos o *Capcut* (para edição de vídeo) e gravadores de voz genéricos disponíveis para baixar.

Tendo como referência o dispositivo narrativo utilizado em *Babás*, o filme parte de uma fotografia antiga, é proposto para cada participante que encontre em sua galeria um retrato de si em um tempo passado. O passado diz respeito às memórias, vivências, ancestralidade, por isso é um rico terreno de fabulação e rememoração.

A partir da fotografia, na segunda etapa prática, as pessoas produzem um texto a partir das sensações, emoções, sentimentos, memórias e outros afetos produzidos pela imagem. A parte final, é o exercício de unir as duas materialidades: o som (o texto gravado em áudio) e a imagem (a fotografia). Por ser um procedimento simples e que gera um resultado muito interessante, essa atividade cumpre um papel de letramento digital, na medida que foi realizada em um contexto de educação não formal, com adultos que não tinham familiaridade com tais recursos anteriormente.

As duas pessoas que acompanharam a oficina em sua completude e produziram materiais foram Riva Cruza, 40, mulher cisgênera preta, mãe de duas crianças, dona de casa; e Francivaldo Lopes, 40, um homem cisgênero, branco, que trabalha como catador de latinha e camelô. A seguir, os vídeos produzidos, respectivamente:

1. <https://www.youtube.com/watch?v=yvQ3yUUQXeA>
2. <https://youtu.be/V724PWt2C5Q?si=5Jfs2dV04xprjE8u>

CONCLUSÃO

O sociólogo e crítico literário António Candido, em seu importantíssimo ensaio “O Direito à Literatura” (1988), argumenta que a literatura tem uma função humanizadora, que enriquece a experiência humana, promovendo a empatia na alteridade e estimulando a reflexão crítica sobre a nossa condição. Fala, sobretudo, do direito à fabulação.

É interessante perceber como esses materiais produzidos na oficina contribuem para a construção de imaginários diversos, por meio de poéticas idiossincráticas, únicas e belas em suas existências e acessíveis numa plataforma como o YouTube que, para o bem e para o mal, democratiza a circulação de obras audiovisuais. A contra-hegemonia dessas produções diz respeito à sua natureza não comercial, ou seja, quem as produziu não queria vender nenhum produto, mas narrar a si e fazer com que essas narrativas circulem, contribuindo assim, como já dito, com imaginários diversos, o que gera o abalo de estereótipos, o tremor de estruturas racistas, machistas, classistas, capacitistas de outras opressões.

Na contemporaneidade, em que as sociedades capitalistas são regidas por imagens, cujos padrões são criados pela indústria cultural em função do consumo, se fazem necessárias, cada vez mais, ações nos campos artísticos e pedagógicos que ampliem imaginários, contribuindo assim para o enfrentamento das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ANGEL, Henri. **Estética do Cinema**. São Paulo: Editora Cultrix, 1957.

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BARBOSA, Ana Mae. “Cultura e ensino de arte”. In: **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

EVARISTO, Conceição. “A Escrivivência e seus subtextos”. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivivência: a escrita de nós – Reflexões**

sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

VÍDEOS

BABÁS. Consuelo Lins, 2010, 20 min. Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5_PBphf8rSM. Acesso em 08/11/2023.

TRAJETÓRIA DA ESCRITORA CLAUDIA CANTO. Manos e Minas, 2017, 4 min. Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FEyKhCciJ8>. Acesso em 11/11/2023.